



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS
EXATAS



Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia
(integral)

TERRITÓRIO, ESTADO E PODER ECONÔMICO: CONCESSÃO DE GÁS
CANALIZADO NO ESTADO DE SÃO PAULO E AÇÃO DA EMPRESA COMPASS
GAS & ENERGIA S.A.

Larissa Gabriella Silva Oliveira

Prof. Dr. Fabricio Gallo

Rio Claro (SP)

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

LARISSA GABRIELLA SILVA OLIVEIRA

TERRITÓRIO, ESTADO E PODER ECONÔMICO: CONCESSÃO DE GÁS
CANALIZADO NO ESTADO DE SÃO PAULO E AÇÃO DA EMPRESA COMPASS
GAS & ENERGIA S.A.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas – Campus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau
de Licenciatura em Geografia.

Rio Claro (SP)

2022

O48t

Oliveira, Larissa

Território, Estado e poder econômico: concessão de gás canalizado e ação da empresa Compass Gás & Energia S.A. / Larissa Oliveira. -- Rio Claro, 2022

50 p.: il., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia)
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: Fabricio Gallo

1. Geografia Econômica. 2. Concessões administrativas. 3. Distribuição de gás. 4. Território ocupado. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LARISSA GABRIELLA SILVA OLIVEIRA

TERRITÓRIO, ESTADO E PODER ECONÔMICO: CONCESSÃO DE GÁS
CANALIZADO NO ESTADO DE SÃO PAULO E AÇÃO DA EMPRESA COMPASS
GAS & ENERGIA S.A.

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas – Campus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau
de Licenciatura em Geografia.

Comissão Examinadora

Fabricio Gallo (orientador)

Renata Cristina Ferreira

João Paulo Rosalin

Rio Claro, 16 de março de 2022

Assinatura da aluna

Larissa Gabriella Silva Oliveira

Assinatura do orientador

Fabricio Gallo

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus e a minha família, que dedicaram todos os esforços possíveis para me educar e para me oferecer essa oportunidade única de estudo. Dedico a eles, que, ao longo do processo, me incentivaram a continuar estudando, dando forças para não desistir e me apoiando.

AGRADECIMENTOS

A entrega desse Trabalho de Conclusão de Curso carrega uma porção de pessoas por trás que me ajudaram a chegar até aqui.

Em primeiro lugar, agradeço minha família que tanto me ajudou e me guiou no caminho da educação até eu alcançar meu lugar no Ensino Superior, uma das poucas pessoas de toda a família atingir a universidade pública de qualidade, mostrando que nunca estarei sozinha e posso conquistar meu espaço onde quiser

Grata ao prof. Fabrício Gallo, que admiro com tamanha intensidade, docente atencioso, carismático e disposto a me orientar em uma temática tão relevante e atual como esta. Ele contribuiu com tantos conhecimentos e tantas conversas para minha formação como geógrafa.

Agradeço aos meus colegas de formação que caminharam ao meu lado, compartilhando a vivência de olhar o mundo por meio da ciência geográfica, além de trazerem o sentimento de conforto, segurança e carinho de uma segunda família. Além das moradoras da República Frô, as quais, através do convívio diário do lar, proporcionaram – me momentos de alegria, acolhimento e aprendizado: Suzana, Fernanda, Jennifer, Bianca, Aline, Isabela e Gabriella. Em destaque, minhas companheiras diárias de curso e de vida: Grazielle e Fernanda. Aos meus colegas, Caio e Gabriel, que compartilharam a vida universitária comigo com momentos divertidos e alegres. Ao meu amigo Fábio que esteve presente ao meu lado em todos os momentos nessa jornada, mantendo – me firme no curso e aos meus amigos dos demais cursos da universidade que contribuíram para uma experiência mais divertida e leve.

Grata, imensamente, aos programas de extensão PIBID (Programa Institucional de Bolsista de Iniciação à Docência) e Residência Pedagógica por proporcionarem uma formação prática e teórica complementar do curso de Licenciatura em Geografia, principalmente a orientação das professoras supervisoras Maria Bernadete e Andreia Medinilha. Ademais, gostaria de agradecer a minha amiga Mariane que compartilhou a experiência do programa Residência Pedagógica em uma situação atípica de pandemia, vivenciando momentos bons e desafiantes.

À Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro, por me oferecer tamanha estrutura e oportunidade de estudo durante meus anos de graduação.

E, por último, não menos importante, agradeço, com tamanha veemência, a instituição CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que financiou e tornou possível a concretização desse trabalho.

Sou grata a todas e todos que não foram mencionados aqui, mas que, de alguma forma, fizeram parte desta trajetória, levo memórias com carinho de todos vocês. Obrigada!

RESUMO

O território usado constitui-se, de forma histórica, o conjunto indissociável de atuações dos atores envolvidos – Estado e instituições privadas – no território, a materialização das ações, sejam elas movimentos da sociedade e dinâmicas industriais e de serviços. Assim sendo, o vínculo de firmas e Estado modificou as dinâmicas do território, sendo constituído por seus agentes e suas etapas na fase vigente do capitalismo, a qual podemos analisar o espaço nacional dentro da economia internacional, ou seja, a utilização do espaço conforme os recursos e as informações disponíveis que os agentes hegemônicos possuem para atuarem de acordo com seus interesses. E, diante disso, pode – se notar a diferenciação dos territórios conforme os atores concretizam suas operações em uma porção do espaço, havendo uma competitividade entre os lugares. A dominação desses agentes no território demonstra o caráter do capitalismo “sem fronteiras”, onde é a fase que as corporações multinacionais curto – circuitam os Estados, aplicando a chamada ‘gestão externa de territórios’ (Santos, 2000), ou seja, a execução externa nos territórios nacionais. Com isso, podemos questionar a atuação das instituições privadas e seus interesses perante as políticas dos Estados nacionais, estes, por sua vez, sendo responsáveis por assegurar o bem-estar social e garantir os desígnios das corporações multinacionais a fim de se inserir nas dinâmicas da globalização. Dessa forma, propomos analisar as dinâmicas das empresas privadas nos territórios nacionais, em destaque à concessão do gás canalizado em São Paulo e a atuação da corporação Compass Gás & Energia S.A na disputa para adquirir mais influência na gestão de territórios diferenciados conforme seus anseios. Além disso, também entra em questão as implicações socioespaciais e as mudanças no mercado de gás natural brasileiro após o Novo Marco Regulatório de 2020 apresentado pelo governo federal, o qual contribui para uma competição ainda maior no uso do território por parte das concessionárias. Isso é uma demonstração do fenômeno da ingressão da política nacional nas dinâmicas da estrutura da economia internacional, em que provoca alterações no uso do território pelos agentes econômicos e, nesse processo, o Estado, como agente liberal da espacialidade, possui um papel fundamental, tendo em vista que articula os projetos nacionais conforme os atrativos particulares das empresas, proporcionando o funcionamento do evento. Investigar

essa dinâmica em profundidade é também disponibilizar algumas perspectivas sobre as dinâmicas do uso do território na atual fase do capitalismo.

Palavras – chave: Exploração de serviços públicos. Concessão. Gás natural canalizado. São Paulo.

ABSTRACT

The territory used constitutes, historically, the inseparable set of actions of the actors involved - State and private institutions - in the territory, the materialization of actions, whether they are movements of society and industrial and service dynamics. Thus, the link between firms and the State modified the dynamics of the territory, being constituted by its agents and its stages in the current phase of capitalism, which we can analyze the national space within the international economy, that is, the use of space according to the resources and information available that the hegemonic agents have to act according to their interests. And, in view of this, we can notice the differentiation of the territories according to how the actors carry out their operations in a portion of the space, with a competition between the places. The domination of these agents in the territory demonstrates the character of "borderless" capitalism, where it is the phase that multinational corporations short-circuit the states, applying the so-called "external management of territories" (Santos, 2000), that is, the external execution in national territories. With this, we can question the role of private institutions and their interests before the policies of national states, which, in turn, are responsible for ensuring social welfare and guaranteeing the designs of multinational corporations in order to insert themselves in the dynamics of globalization. Thus, we propose to analyze the dynamics of private companies in national territories, especially the concession of piped gas in São Paulo and the performance of the corporation Compass Gas & Energy SA in the dispute to acquire more influence in the management of differentiated territories according to their wishes. In addition, the socio-spatial implications and changes in the Brazilian natural gas market after the New Regulatory Framework of 2020 presented by the federal government, which contributes to an even greater competition in the use of territory by the concessionaires, also come into question. This is a demonstration of the phenomenon of the ingression of national politics in the dynamics of the international economy structure, which causes changes in the use of territory by economic agents and, in this process, the State, as a liberal agent of spatiality, has a fundamental role, in view of the fact that it articulates the national projects according to the particular attractions of the companies, providing the functioning of the event. To investigate this dynamic in depth is also to make

available some perspectives on the dynamics of the use of territory in the current phase of capitalism.

Keywords: Exploration of public services. Concession. Piped natural gas. São Paulo.

LISTA FIGURAS

Figura 1: esquema ilustrativo o circuito espacial produtivo do gás natural.	36
Figura 2: Esquema ilustrativo da cotação de ações da empresa Comgás (2017 – 2021).....	43
Figura 3: Esquema ilustrativo das distribuidoras de gás no Brasil.	45

LISTA GRÁFICOS

Gráfico 1: Gasodutos construídos X Consumo das distribuidoras (2009 – 2018)	37
Gráfico 2: Produção de gás natural no Brasil (jan/2010 – jan/2021)	39

LISTA MAPAS

Mapa 1: Áreas de concessão de gás canalizado no estado de São Paulo e as companhias responsáveis pela distribuição 28

Mapa 2: Localização da Bacia de Santos da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e dos municípios que compõem a RMBS (2018) 29

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEGÁS – Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

ARSESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CMGN – Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

CSPE – Comissão de Serviços Públicos de Energia

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GLP – Gás liquefeito de Petróleo

GNL – Gás Natural líquido

PED – Programa Estadual de Desestatização

PEM – Programa Exploratório Mínimo

UPGN – Unidades de Processamento de Gás Natural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. METODOLOGIA	19
3. HISTÓRICO DO GÁS NATURAL	25
3.1 No Brasil	25
3.2 Em São Paulo	26
4. INFLUÊNCIA DO SETOR ENERGÉTICO NA ECONOMIA BRASILEIRA	29
5. RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO GEOGRÁFICO E A DINÂMICA DO MERCADO DE GÁS	31
6. CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO GÁS NATURAL	33
6.1 Produções nacionais	37
6.2 Gargalos no setor	41
7. COMGÁS E SEU HISTÓRICO	42
8. NOVO MERCADO DE GÁS	43
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1. Introdução

A princípio, como objetivo investigativo desse trabalho, é essencial compreendermos a dinâmica entre o Estado e os agentes privados, com base na análise de estruturação do território e como está sendo usado. De antemão, é necessário abarcar, sinteticamente, sobre o conceito de território com o propósito de entendermos a respeito das dinâmicas circundantes dentro dessa esfera.

Tendo em vista a relação entre política e espaço ser uma consideração acerca do território, já que expressa os objetivos dos sujeitos inseridos em um determinado espaço a fim de organizá-lo, como menciona Jean Gottmann (2012, [1975]), a concepção do termo território tem como primórdio, baseado em uma tese política, no século XIV por meio das comunidades europeias a fim de delimitar o domínio político e até mesmo econômico de porções governamentais.

Diante disso, segundo Gottman (2012), a configuração territorial dá – se a partir do exercício do poder político sobre o espaço, já que são materializados os objetivos dos sujeitos envolvidos em uma determinada porção do espaço com o intuito de organiza – lo, ou seja, conforme as transformações históricas, o território condiciona novas variáveis no espaço e também é condicionado pelas mesmas a fim de seguir as relações dos agentes hegemônicos com o espaço, concretizando os seus interesses. A relação política e espaço ocasiona em fenômenos diferenciados ao longo da extensão territorial, visto que cada área possui acessibilidade e jurisdição distintas para a implantação das atividades humanas. Desse modo, o território constitui a porção do espaço geográfico que abrange o desenvolvimento do modo de vida das pessoas de acordo com os recursos disponíveis e, para o Estado, o palco de oportunidades para garantir seu progresso econômico e tecnológico.

Pode – se notar, assim, que a presença de um Estado nacional se faz a partir de um território, devido à manifestação concreta de seus poderes por uma localização legítima, entretanto, ainda necessita de mais dois aspectos essenciais para sua constituição: povo e organização governamental (Scelle, 1951 apud. Gottmann, 2012). Isto significa que a instauração de um Estado nacional em um território consiste na acessibilidade intencionada

pelo homem, ou seja, de que forma o espaço é acessível para as ações humanas e como é organizado, por consequência, ser controlada por ele e, assim, garantir a jurisdição do espaço geográfico sob seu domínio. Com tamanha mudança na configuração territorial, esta representa abrigo e recurso conforme é usado, isto é, o Estado nacional tem como fundamentação assegurar o bem-estar e a segurança do seu povo, entretanto, à medida que as lógicas da globalização se concretizaram, o território passa a ser mais um instrumento para o Estado ampliar suas movimentações político-econômicas do que uma proteção para a segurança daqueles residentes, logo, há nações menos soberanas em seus próprios territórios devido à influência de outras em detrimento da inserção na economia internacional.

A diminuição da soberania de uma nação independente é realçada pela sua incapacidade de se autodefender por meio do controle de suas terras, e isso é combinado à dependência econômica de suprimentos vindos de além de suas fronteiras. A organização econômica do mundo moderno tem criado, na forma da grande corporação multinacional, outro fator poderoso, levando à 'soberania ameaçada. (VERNON, 1971 apud. GOTTMAN, 2012)

Desse modo, o presente trabalho busca indagar as implicações territoriais resultantes da estrutura econômica liberal que circunda as relações Estado – sociedade diante dos interesses das firmas privadas na fase atual do capitalismo, isto é, procura compreender de que maneira o território está sendo usado a partir dos atrativos particulares das empresas em parceria com o Estado, devido ao seu papel de negociador da espacialidade.

Assim, questiona – se as ações concretizadas destes agentes no espaço, sendo este sistemas de objetos e ações (Santos, 2002), e a dinamicidade dos lugares mediante as etapas de produção – distribuição – troca – consumo por intermédio da transformação das funções e condições que moldam as novas exigências dos usos do território (Moraes, 1985), isso demonstra uma necessidade de destacar a proposta do trabalho em relação

às implicações sócio – espaciais da adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, assim como ao papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas. (Silva, 2019, p. 27 *apud.* Castillo e Frederico, 2011)

Logo, a partir dessas considerações, é proposto analisar essa dinâmica e movimentação de agentes político – econômicos na estruturação do uso do território com o recorde empírico na atuação da empresa Compass Gás & Energia S.A. sendo a corporação que possui grande relevância no processo de distribuição de gás natural no país por meio da instituição privada Comgás (Companhia de Gás de São Paulo). É válido ressaltar, brevemente, que o mercado de gás no Brasil é iniciado com as descobertas de petróleo na Bahia por volta de 1940 e, posteriormente, determina – se o domínio da União sobre a procura e lavra de jazidas, refino e locomoção marítima por meio da Lei nº 2004. Todavia, esse controle foi rompido e, com a Constituição de 1988, a oferta de distribuição de gás foi alterado do âmbito federal para o estadual pela atuação das empresas concessionárias a partir de 1995.

Em seguida, em 1999, foi efetivado o gasoduto GASBOL (Bolívia – Brasil), um dos principais de importação do país até hoje, ultrapassando as regiões com campos produtores de gás natural e, com isso, expande por todo o território brasileiro. Com tamanha relevância desse setor no país, a partir de então, passa a ter órgãos reguladores para controlar e administrar o mercado, como a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) e CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) de esfera federal e, estadual, têm – se a CSPE (Comissão de Serviços Públicos de Energia) e ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo). Dessa forma, a empresa Comgás contribui com a distribuição de gás canalizado pelo estado paulista desde 1999, quando foi comprada pelo Grupo British Gás e Grupo Shell, e atua em 98 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista no âmbito industrial, comercial e residencial.

2. Metodologia

Buscar promover a compreensão da situação geográfica encontrada no estado de São Paulo a partir do entendimento dos processos de concessões de gás canalizado e da participação de grandes grupos financeiros, sobretudo os Fundos de Investimentos na gestão

dos sistemas já em uso, pode nos dar indícios das distintas realidades e projetos existentes e atuantes neste estado. Entendemos que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico que, de acordo com Milton Santos (2002), seria “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações”, sendo também sinônimo de território usado. Para tanto, há que se interpretar que o território usado “constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes” (SANTOS et al., 2000). Este não é uma entidade pura, não é apenas natureza, não apenas político, não é apenas econômico ou cultural, tão pouco é homogêneo. Por isso, considera-se no presente trabalho que o conceito território usado (SANTOS, 2002; SILVEIRA, 2009) se apresenta como instrumento analítico relevante pois, “o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (SANTOS et al., 2000, p. 12).

Partimos da perspectiva de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico (SANTOS, 2002) e consideramos que a análise do território e seus usos (SANTOS, 2002, 2005, 2008; SILVEIRA, 2009) é um campo privilegiado para sua análise. Isso porque a categoria de território usado compreende as materialidades (ou configuração territorial) e as imaterialidades, incorporando novas e sucessivas ações. Nesta formulação, a materialidade é a herança da história natural e da ação humana passada cristalizada; ao passo que é a sociedade em suas ações que atribui vida às formas geográficas e as fazem portadoras de conteúdo (SANTOS, 2002). Essa noção de território usado é uma ferramenta significativa na tarefa de se analisar sistematicamente a constituição do território na medida em que incorpora todos os atores, constituindo-se, portanto, numa totalidade cindida em duas matrizes: de um lado as materialidades (ou configuração territorial) e, por outro lado, as imaterialidades, constituídas pelas ações políticas.

Desta forma, o espaço retrata como as ações (sociedade) e os objetos (materialidade) são realidades indissociáveis, isto é, em permanente busca de ajustes para se alcançar um arranjo “perfeito” segundo as diferentes ordens sociais. Segundo Isnard (1978), o espaço é

uma “ordem projetiva”, é produto dos projetos de uma sociedade. Pode-se dizer que isso reafirma a proposição de Silveira (2009, p. 129) de que

o território usado é uma norma, pois é um princípio ou um molde para as ações presentes, a qual, dotada de poder desigual para transformar o que existe ou para concretar o possível, exercita novos usos, isto é, cria mais objetos e normas.

Fábio Contel (2001, p. 223-224) comenta que o predomínio de lógicas internas ou externas no desenvolvimento dos lugares configuram dois tipos de situações geográficas: i) uma mais horizontal, isto é, mais estreitamente ligada às solidariedades locais e regionais da produção e que permitiriam um controle endógeno do desenvolvimento local e, ii) uma outra mais vertical, ligada às influências de vetores que são externos ao lugar e “portadores de uma racionalidade nem sempre consentânea com a reprodução local da vida”. Ainda, na visão do autor, “podemos falar, assim, de verticalidades e horizontalidades na composição dos lugares”.

Ainda, cabe ressaltar que o território é usado por todos os agentes; é este híbrido que contrapõe ininterruptamente ações cristalizadas e ações presentes num único movimento de dupla condicionalidade, as materialidades se impõem como condicionantes às novas ações, mas são por elas sucessivamente rearranjadas e ressignificadas, constituindo este quadro dinâmico da vida das sociedades. Neste sentido, um processo de renovação de materialidades, da magnitude como este em pauta, só poderia ser realizado por agentes hegemônicos.

E dentre todos os agentes, é o Estado que assume posição de destaque, isso porque é o Estado, enquanto conjunto de instituições, o elemento do espaço ao qual são atribuídas as funções de produção de normas, ordens e legitimações (SANTOS, 2008). Ou seja, enquanto reconhecemos a existência de poder dissipado para além das instituições estatais, também entendemos que “os diversos centros de poder dependem efetivamente da ação legisladora e repressiva do Estado para poderem funcionar como tais” (BOITO JUNIOR, 2007, p. 25). Em suma, entendemos o Estado como um agente especialmente significativo no exercício do poder de uso do território, “pois para o exercício do poder são necessários meios para fazê-lo

e este é o agente que organiza o território por meio de seu poder de regulação do dinheiro, dos financiamentos, da lei e da política” (GALLO, 2017, p. 482).

E sobre o Estado podemos pensar, com Poulantzas (1971), que não se trata de um mediador neutro entre os conflitos de classe, mas antes que sua própria estrutura atua no sentido de desorganizar as classes dominadas convertendo agentes de produção em sujeitos individuais jurídico-políticos, contribuindo para obscurecer as relações sociais de produção. Ao mesmo tempo, o Estado exerce também a função de organizador das classes dominantes. Ou seja, o Estado é responsável por unificar as classes dominantes ao assegurar os interesses comuns às suas frações, o que Saes (1998a) denomina conservação da ordem social. Entretanto, ao mesmo tempo em que garante o indispensável à conservação da ordem capitalista, interesses particulares contraditórios continuam existindo mesmo dentro desse bloco no poder. Esse conceito, de bloco no poder, diz respeito justamente ao conjunto das classes dominantes e suas frações, enquanto uma unidade do diverso, na sua relação com o restante da sociedade (BOITO JÚNIOR, 2017).

Assim, há uma constante e dinâmica disputa interna entre diferentes grupos que compõe esse bloco, cada qual buscando transformar seus interesses em políticas estatais, numa tendência a formações de núcleos hegemônicos compostos por uma ou mais frações de classes que possuem condição de assegurar e fazer prevalecer seus interesses particulares. Portanto, a identificação da parcela hegemônica em determinada formação social só poder ser detectada à nível Estatal e a partir do exame das políticas econômicas e das políticas sociais que são aplicadas. Este conflito interno entre classes dominantes de acordo com seus interesses, juntamente ao próprio conflito entre classes sociais, são os fatores centrais das dinâmicas do processo político (SAES, 1998a; BOITO JUNIOR, 2007; FARIAS, 2009). Dentro destes termos, pode-se compreender o Estado como uma síntese de uma série de conflitos, uma condensação das relações sociais. Assim, entende-se que o Estado goza de certa autonomia relativa diante das classes dominantes ou dos interesses econômicos destas (SAES, 1998b). Ou seja, dependendo da correlação de forças, em situações excepcionais o

Estado pode pender para o atendimento de certas demandas e interesses econômicos das classes dominadas.

Essa leitura faz-se aqui importante para evidenciar o Estado enquanto uma condensação das relações sociais, síntese de disputas e conflitos entre classes e entre facções de classe; carregado, portanto, de contradições. Ao mesmo tempo, atenta-nos ao fato de que o Estado não é um mediador neutro como nos faz crer o discurso liberal, mas sim carregado de ideologias e orientado desde sua própria estrutura para assegurar ao menos o essencial para a manutenção das relações capitalistas de produção. Neste quadro podemos concluir, com Limonad (2014, p. 9), que o Estado como condensação de diferentes forças sociais e enquanto agente privilegiado na articulação da dinâmica socioespacial, “busca privilegiar seletivamente os grupos hegemônicos com seus programas e planos ao mesmo tempo em que garante as condições de reprodução de parte dos setores não hegemônicos”.

Em razão disso, é perceptível referenciar a proposta metodológica de Silveira (1999) a se tratar da situação geográfica, a qual diz respeito a relação de um conjunto de fenômenos materializados em dada localização e em determinado momento histórico, os agentes participativos não, necessariamente, possuem interesses semelhantes nítidos, todavia, suas ações demonstram afinidade entre tais e, por consequência, concretizam suas formas de organização e de ação no espaço conforme suas técnicas a cada período histórico.

Dessa maneira, a situação geográfica está relacionada à ideia de evento proposta por Santos (1999), uma vez que faz alusão à uma construção histórica e materializada de forças resultantes de uma porção do território, isto é, “é um resultado do impacto de um feixe de eventos sobre um lugar e contém existências materiais e organizacionais.” (SILVEIRA, 1999, p. 25) Com isso, de fato, busca compreender o conceito de Silveira a partir do recorte empírico do trabalho, o estado de São Paulo, sendo o espaço que promove o conjunto de eventos que se concretizam na atualidade a partir dos processos de concessões de gás natural canalizado e da participação de grandes grupos econômico-financeiros (tais como o Compass Gas & Energia S.A.), indicando possíveis projetos atuantes no estado e diversas realidades entorno desse material.

Em suma, entendemos o Estado como um agente especialmente significativo no exercício do poder de uso do território, pois para o exercício do poder são necessários meios para fazê-lo e este é o agente que organiza o território por meio de seu poder (e interesse, em certos momentos) de conceder infraestruturas e serviços para exploração da iniciativa privada composta, no período mais recente, por grandes agentes do sistema econômico-financeiro mundial.

Assim, entendemos também ser tarefa importante investigar as novas formas pelas quais as finanças exercem seu poder em prol de sua reprodução e, em linhas gerais, é para este sentido que direcionamos parte dos esforços desta pesquisa. Neste quadro, muito tem sido discutido sobre a crescente centralidade da esfera financeira na dinâmica atual do capitalismo.

Com poder de ação mundial, os grandes agentes institucionais e grandes empresas com capital aberto em Bolsas de Valores podem mobilizar seu capital investindo nas mais variadas modalidades de aplicação, numa constante competição pelas maiores possibilidades de retornos de seus investimentos (como é o caso da Comgás – controlada pela Compass S.A. que pretende atrair novos sócios e investidores institucionais para o projeto Rota 4). Expandindo suas fronteiras através da ação destes investidores institucionais desregulamentados e mundializados é que o capital financeiro submete um número cada vez maior de atividades econômicas ao seu jugo. E neste sentido, para sustentar essa *insaciabilidade das finanças* (CHESNAIS, 2005), a privatização de empresas e serviços públicos têm constituído um pilar fundamental. Afinal, conforme colocado por Chesnais (2005, p. 62), “para o capital portador de juros em busca de fluxos estáveis de rendimentos, não há melhor investimento que as indústrias de serviços públicos privatizados”, isso porque são fluxos constantes e seguros. Este entendimento é aqui importante porque acreditamos que a afirmativa do autor sobre indústrias de serviços públicos pode ser também aplicada ao fenômeno que aqui buscamos analisar; a saber: a concessão do gás canalizado pelo Estado a empresas com estrutura em Bolsas de Valores. Isso porque, através da prestação dos serviços, as redes de gás concessionadas passam a constituir um fluxo igualmente constante de renda

que é absorvido pelos circuitos de valorização da esfera financeira. É a transformação de um fixo geográfico em um dreno que absorve parcela do dinheiro que estava sob posse daqueles que consomem o gás disponibilizado pela concessionária. Almejamos, com este estudo, desvendar melhor essa articulação.

3. Histórico do gás natural

3.1. No Brasil

O histórico do gás natural no Brasil tem início por volta da década de 1940, quando houve a descoberta do petróleo na Bahia, atendendo apenas as demandas das indústrias do Recôncavo Baiano, e a partir de 1953 com a Lei nº 2004 que determinava o monopólio da União sobre a procura e lavra de jazidas, refino e locomoção marítima de petróleo e gás. Após a quebra deste monopólio e a mudança feita pela Constituição de 1988, o serviço de distribuição de gás canalizado foi transferido da esfera federal para a estadual, sendo executado pelas empresas concessionárias a partir de 1995. Para regular o setor concedido, criam-se órgãos reguladores do mercado de gás, como ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, CNPE – Conselho Nacional de Política Energética, sendo responsáveis pela contratação e controle das atividades econômicas das usinas de petróleo e gás. A partir de então, a indústria petrolífera e gaseífera passaram a preencher uma porção relevante na matriz energética nacional, correspondendo um total de 49,4% em 2017, segundo o Balanço Energético Nacional em 2018¹.

O gás natural é um hidrocarboneto em estado gasoso nas condições de ambiente de temperatura e pressão proveniente da decomposição da matéria orgânica durante milhões de anos, logo, encontrado no subsolo em rochas porosas isoladas do meio ambiente por uma camada impermeável. De início, essa matéria orgânica produz petróleo e, no fim, é feito o

¹Dados brutos disponíveis em: <http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energeticonacional-ben>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

gás natural, contendo, predominantemente, o gás metano, mas também contém etano, propano, butano, gás carbônico, água, dentre outros.

No Brasil, a província petrolífera Pré-sal constitui uma das maiores reservas de petróleo do país, sendo dominada, em sua maioria, pela Petrobrás. O petróleo retirado nessa área demonstra um caráter líquido, carregando outros elementos, como água e gás natural. Porém, este último encontra-se em estado gasoso, podendo ser associado ou não ao óleo bruto, passando por processos de separação de fluido, como ocorrem nos campos de Mexilhão e Merluza presentes na Bacia de Santos (Silva, 2019).

O gás não associado é aquele que se encontra desprendido do óleo e da água, localizado na camada rochosa, promovendo, em geral, a produção de gás natural, já o associado localiza-se junto ao óleo no reservatório, utilizando-o em segundo plano para a manutenção da pressão no reservatório. Segundo o Ministério de Minas e Energia (2019b) o gás produzido no país é, predominantemente, o associado e direciona-se para mercados de consumo, como residencial, industrial e comercial, produzindo, em dezembro de 2019, um total de 137,78 milhões de m³/dia, pequeno aumento comparado a novembro e sendo um recorde para o ano de 2019.

Com a descoberta geológica petrolífera, inicia-se um plano político e estratégico com os governos vigentes de Luiz Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff, o enfoque era traçar um projeto para a empresa determina para si a finalidade de produzir e explorar com maior centralidade, focando o petróleo por ser uma commodity internacional. Além disso, vale ressaltar a contribuição do gás natural como derivado do petróleo para as fontes renováveis, em destaque os biocombustíveis, favorece a transição energética e atrai novos investimentos na área. (DUARTE, 2020)

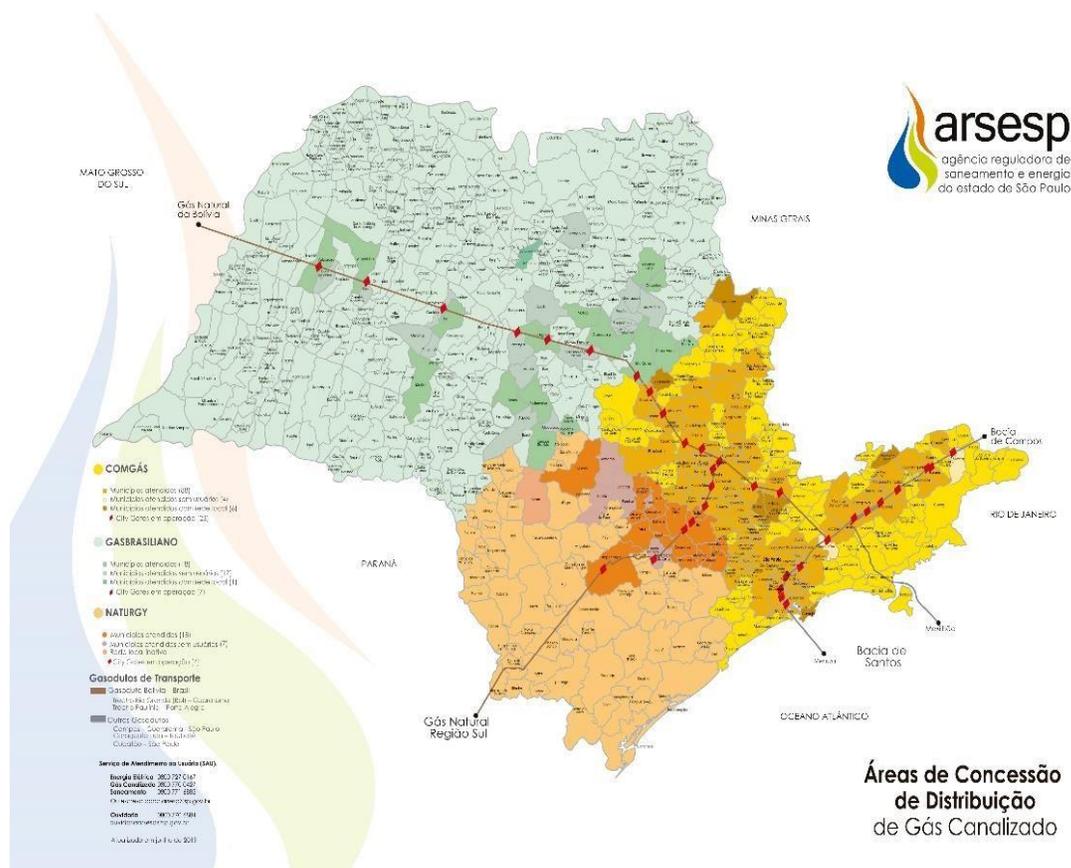
3.2. Em São Paulo

Em São Paulo, o período de concessões teve seu início no governo de Mário Covas (1995 – 2001), como pretexto de reduzir os investimentos do Poder Público em atividades

que possam ser exploradas pela instituição privada de maneira a garantir o fornecimento de serviços adequados, com a criação do Programa Estadual de Desestatização - PED, instaurado pela Lei nº 9.361, de 5 de julho de 1996, com finalidade de ampliar os gasodutos e teve como resultado um atrativo de empresas privadas, já atuantes no mercado, investirem no estado e a licitação de novas áreas onde não havia distribuição de gás canalizado.

Conjuntamente, o governo estadual, com seu papel neoliberal de regulador e fiscalizador, cria a Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE), instituída pela Lei Complementar nº 833/1997, com o objetivo de regular, fiscalizar e controlar os serviços de energia. Mais adiante, em 2007, foi substituída pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP – segundo a Lei Complementar Estadual nº 1025, com o intuito de regular, controlar e fiscalizar os serviços de gás canalizado e de saneamento básico de nomeação estadual. Atualmente, em São Paulo, são responsáveis pela distribuição de gás natural canalizado três companhias: Gás Brasileiro, Comgás e Gás Natural SPS. No mapa 1 abaixo, estão representadas pelas cores verde, amarelo e laranja respectivamente.

Mapa 1: Áreas de concessão de gás canalizado no estado de São Paulo e as companhias responsáveis pela distribuição.

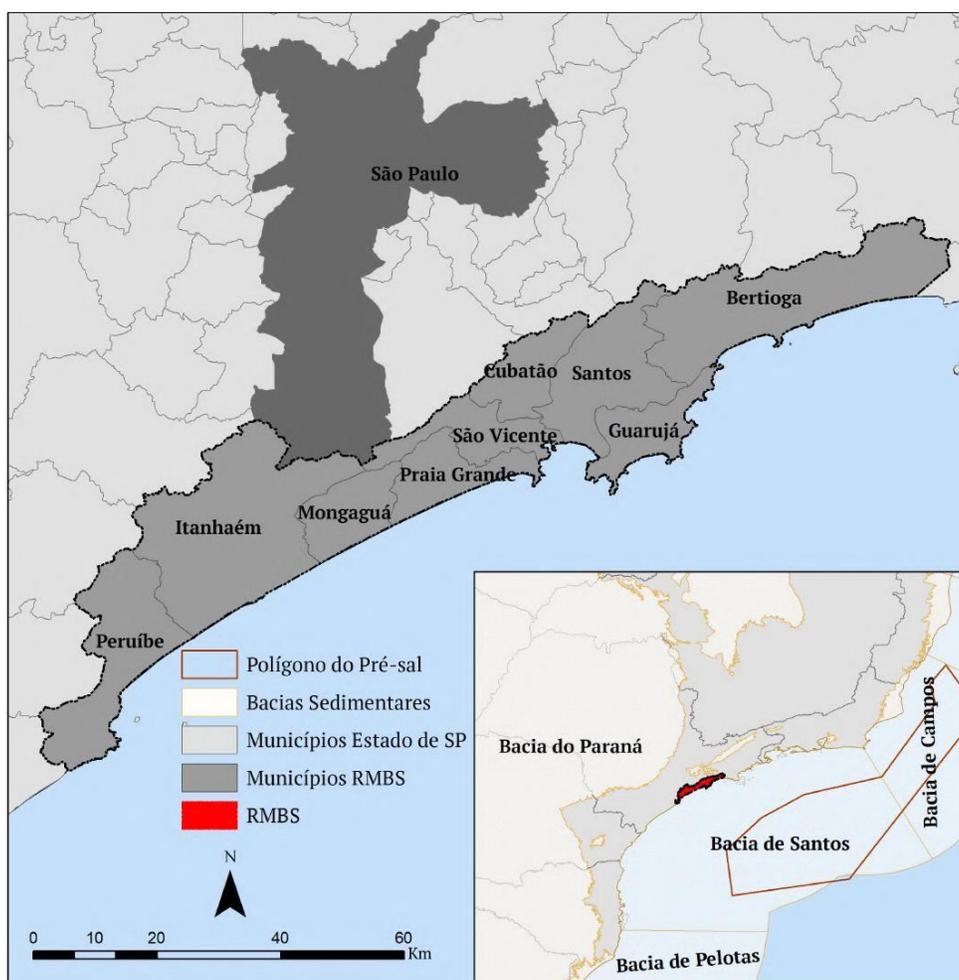


Fonte: ARSESP.

Como recorte geográfico deste estudo, a Bacia de Santos, localizada no estado de São Paulo, é a maior bacia sedimentar *offshore* do Brasil, com mais de 350 mil km² de área. Em sua longa extensão alongada do Cabo Frio (RJ) até Florianópolis (SC), encontra – se o Polo Pré – Sal da Bacia de Santos, responsável pelos maiores campos produtores do país, por exemplo Tupi e Búzios. As primeiras atividades da Petrobras na região têm início nos anos 70, entretanto, o conhecimento limitado impossibilitava a produção em larga escala, mais para frente, investem na perfuração e produção de poços no local. Com auxílio de tecnologias próprias, foi possível identificar novas áreas comerciais favoráveis e conhecer, ainda mais, os reservatórios.

A Bacia de Santos, sendo a maior produtora de petróleo e gás natural do Brasil, possui uma das maiores províncias de petróleo do mundo situada aproximadamente de 300 km da costa brasileira, em profundidades totais a cerca de 5 mil metros.

Mapa 2: Localização da Bacia de Santos da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e dos municípios que compõem a RMBS (2018).



4. Influência do setor energético na economia brasileira

Com a descoberta do polígono do Pré – sal em 2007, o governo brasileiro instaurou, três anos depois, o regime de partilha, até então, as áreas eram atribuídas ao regime de concessão.

No momento, seguimos com uma regulamentação de caráter misto. Desse modo, a política de partilha refere – se à prática de licitações por parte do CNPE ou se já haverá a contratação da Petrobras com o intuito de preservar o interesse nacional e atender os objetivos da política energética brasileira para as áreas localizadas no polígono e outras estratégicas. Com isso, caso haja as rodadas de partilha, o CNPE promove preferência a estatal para operacionalizar os blocos a serem contratados, quando demonstra interesse, informa quais áreas vai atuar. Os contratos de partilha de produção e os parâmetros técnicos e econômicos são elaborados pelos órgãos públicos responsáveis, CNPE, ANP e Ministério de Minas e Energia. Posteriormente as licitações, a instituição ganhadora será aquela que conceder a maior porção de petróleo e gás natural ao Estado brasileiro.

Já o regime de concessão consiste na atuação de empresas concessionárias no investimento e descoberta ou não de petróleo e gás natural em determinada área. Nesse contrato, a empresa para participações governamentais como: bônus de assinatura, pagamento pela ocupação da retenção de área (blocos terrestres), royalties, que são assinados pela ANP em nome do Estado. Sendo assim, nas rodadas de licitação, a corporação interessada oferta um valor em bônus de assinatura e sugere um Programa Exploratório Mínimo (PEM), sendo individual ou em consórcio. Este programa condiz à prática de dadas atividades como pesquisas sísmicas, perfuração de poços exploratórios na área. A proposta mais favorável recebe o direito de explorar a área para comprovar a presença de jazidas comerciais de petróleo e gás natural.

A partir desse sistema de regulamentação misto, é viável notar que a mudança no regime dá – se por conta do projeto da política neoliberal no Brasil, apesar de enfatizar somente o polígono Pré – sal e as demais localidades, “ele traz uma maior possibilidade de controle da produção do petróleo dessas áreas e a apropriação desses recursos e seus rendimentos por parte do Estado.” (DUARTE, 2020) Ou seja, a estatal detém grande parte das movimentações e dos recursos desse setor energético, principalmente nas atividades da produção do petróleo.

O derivado do petróleo, o gás natural, contribui para uma mudança energética no país, uma vez que seu uso é menos nocivo do que o carvão para a geração de energia elétrica, em termos de emissão de CO₂ quanto em poluentes locais, apesar de promover elevados custos para o transporte. Desse modo, pode inseri – lo nos debates de matriz energética e de mudanças climáticas. (DUARTE, 2020)

5. Relação entre espaço geográfico e a dinâmica do mercado de gás

Levando em consideração o espaço geográfico como o objeto desse estudo, o qual é “um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações”, segundo Santos (2002), ou seja, refere – se a relação entre os objetos técnicos e as ações humanas no meio, de forma, no período atual, que a sociedade constrói o seu meio conforme as lógicas do capital, uma vez que sua difusão e acumulação são provocadas pela intensa produção de mercadorias.

Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém, repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão. (GOTTMAN, 2012, p. 525)

Pode – se questionar, então, a dinâmica do espaço geográfico a partir da sua utilização e por quem está sendo usado. Para isso, Silveira propõe o termo território usado (2009), o qual diz respeito sobre o híbrido entre as ações políticas e a materialidade, uma constituição de fluxos que transforma os lugares de forma histórica e a movimentação de todos os agentes envolvidos, em destaque os hegemônicos – poder mais amplo –, impactam o território. Assim sendo, vale destacar que este é constituído pela presença do Estado nacional, ou seja, a participação de ações políticas sobre a extensão do espaço geográfico promove uma transformação dos lugares de acordo com as dinâmicas da sociedade historicamente.

Conforme Silveira ainda escreve, o território usado é onde a concreticidade das ações do poder político se dá no espaço geográfico, a relação de fluxos materiais e imateriais no espaço geográfico demonstra a construção de uma nação, a constante edificação do meio

através da mistura de técnicas antigas e novas a fim de se instalarem nas novas condições da modernidade. Com isso, pode – se perceber que o território usado torna – se uma condição e é condicionado pela materialização das ações humanas sobre ele, já que oferece as circunstâncias necessárias para sua utilização e, concomitantemente, concretiza as ações político-econômicas nele.

Sendo assim, o uso do território é reformulado de acordo com as técnicas e normas impostas pelos sujeitos envolvidos, as corporações político – econômicas – Estado e as instituições privadas – possuem um papel essencial nesse processo durante o período econômico liberal, visto que instauram seus interesses no território em concordância com sua influência dentre os demais sujeitos, sejam movimentos industriais e de serviços. Por consequência disso, a dialética de fluxos materiais e imateriais contribuem para essa dinâmica por oferecem a circulação prática de mercadorias e as informações necessárias para circular as atividades econômicas, implicando em transformações socioespaciais na adequação de lugares, regiões e territórios. (SILVA, 2019)

As corporações político-econômicas – Estado e instituições privadas – possuem um papel fundamental nesse processo, visto que é no território que materializam suas atuações de acordo com seus interesses, sejam elas movimentos industriais e de serviços. Em decorrência disso, incorpora-se uma dialética dos fluxos materiais e imateriais, os quais circulam as mercadorias e as informações necessárias para a lógica das atividades econômicas dos agentes envolvidos, implicando em transformações socioespaciais na adequação de lugares, regiões e territórios. (SILVA, 2019)

Dessa maneira, os agentes privados interessados na exploração e produção (E&P) de gás natural no Brasil ficam à mercê de recursos e preços da estatal, uma vez que domina todo o circuito deste elemento dentro do território, não havendo uma competição de fato entre as concessionárias atuantes no país por definir condições e funções das etapas do circuito produtivo conforme os benefícios que pode adquirir por parte do Estado, já que representa a “negociação da espacialidade” (Silva, 2019) e assim

as empresas, principalmente as grandes corporações que estruturam os circuitos produtivos mais globalizados, exigem dos Estados a adequação dos ambientes físicos artificiais, a fim de se comportarem como complexos de recursos em que se assente a sua atividade comercial (produtiva). (Silva, 2019, p. 30)

Logo, conforme escreve Burghetti (2010) *apud*. Porter (1986), para haver uma competição, são necessárias cinco principais forças que resultam em uma dinâmica de concorrência entre as empresas envolvidas, sendo estas: entrada, ameaça de substituição, poder de negociação dos compradores, poder de negociação dos fornecedores e rivalidade entre os atuais concorrentes, como consequência, a indústria adquire seu lucro final na medida que concilia tais fatores. Entretanto, pode – se notar que, diante do mercado de gás, não há abertura para concretizar a competitividade devido ao monopólio da Petrobras.

Quando um mercado apresenta uma empresa que ordena todas as indústrias ao longo de uma cadeia de suprimentos, a introdução de concorrência é dificultada. Nesse caso, uma alternativa é a desfragmentação dessa empresa em submercados. (BURGHETTI, 2010, p. 18 – 19)

O gás natural, primeiramente, era tido como subproduto do petróleo pelas atividades de produção, até mesmo um obstáculo, por isso, a queima era viável em anos anteriores, todavia, a prática foi limitada por leis ambientais no país. Ao fato também é favorecido pela Bacia de Campos, principal produtora de petróleo, não possuir quantidades em volume significativas em gás natural, contexto que muda com o Pré – sal, em destaque a Bacia de Santos.

6. Circuito espacial produtivo do gás natural

A princípio, é necessário descrevermos sobre o circuito espacial produtivo a fim de entendermos a organização, a regulação e o uso do território no atual contexto da globalização, tendo em vista a especialização da divisão territorial do trabalho, esta que, por sua vez, centraliza cada etapa da produção em uma região favorável às demandas da instituição. Dessa forma, a circulação de fluxos materiais (matéria – prima) e imateriais

(informações) condiciona a gestão diferencial para cada porção do território, ou seja, a articulação dos lugares feita pelos agentes hegemônicos de acordo com as etapas produtivas a partir dos fluxos disponíveis. (CASTILLO & FREDERICO, 2010)

Com a crescente especialização produtiva dos lugares, possibilitada pela combinação entre o desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações e a política de Estado e empresas, aumentam os fluxos materiais e informacionais, distanciando cada vez mais os locais de produção dos locais de consumo, tornando mais complexa a distribuição espacial das atividades econômicas e a articulação entre as diferentes etapas, em diferentes lugares, da produção. (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 462)

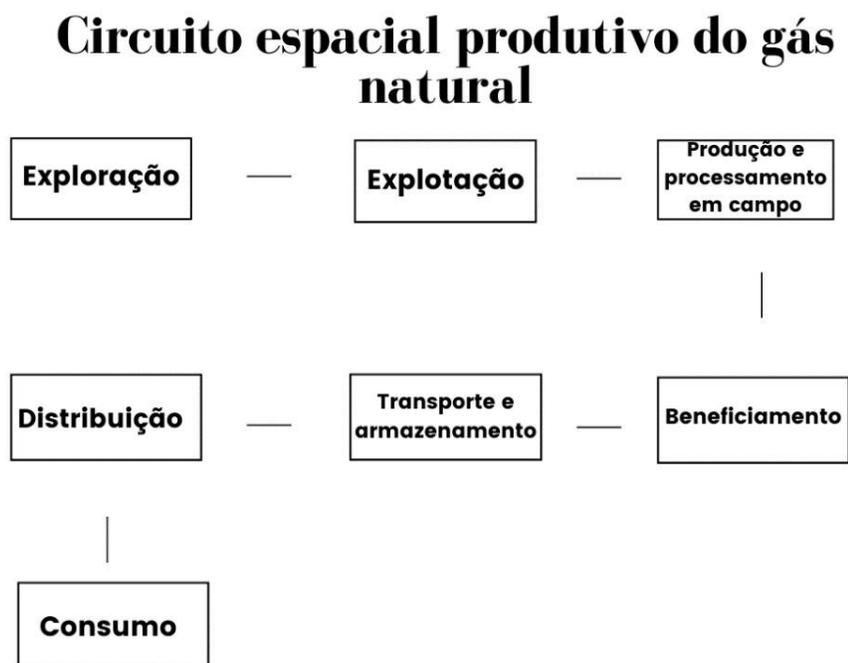
Assim, o circuito espacial produtivo condiz às etapas referentes a produção em razão da espacialidade como variável ativa, isto é, como menciona Moraes (1985), as fases de circulação do produto – produção, distribuição, troca e consumo final – relacionam com o espaço geográfico como um movimento contínuo e circular, enfatizando os fatores e as funções do meio em detrimento da difusão do capital. Lembrando que cada porção do espaço pertence a uma singularidade, seja material, jurídica, política, econômica, social e cultural, ele corresponde a uma acumulação desigual de tempos, como bem coloca Santos (1996), isto significa que em um mesmo lugar ou mesmo território pode haver temporalidades distintas coexistindo devido a concreticidade de eventos e fenômenos em diferentes períodos históricos.

Diante da intensidade de comunicação entre localidades distantes na lógica global vigente e a especialização produtiva regional, foi necessário implantar os círculos de cooperação com o intuito de contribuir para a dinamicidade de informações favoráveis à difusão e circulação do capital entre as instituições financeiras e o Estado. Dessa forma, os círculos de cooperação são fundamentais para estabelecer comunicação entre as diversas etapas do circuito e entre os lugares e os agentes, fornecendo informações, ordens, transferências com a finalidade de assegurar a organização e gestão dos lugares com as devidas fases segmentas.

Com o capitalismo contemporâneo, o qual fragmenta os lugares e adentra as ações das corporações político – econômicas no território conforme seus interesses de exploração, a logística, no sentido de ser expressão dominante de movimentação no momento atual, transfigura – se em prioridade de agenciadores públicos e tática de grandes firmas a fim de verificar fluxo e lógica aos circuitos espaciais produtivos. Logo, ocorre alteração na logística dos lugares conforme a exploração dos agentes públicos e privados em prol do uso do território. (Castillo; Frederico, 2010)

Posto isso, verificamos a análise a respeito do circuito produtivo do gás natural no Brasil e qual a alteração nos lugares a fim de cumprir as lógicas do capitalismo seguindo a exploração dos agentes hegemônicos. Desse modo, esse circuito dá – se a partir de dois momentos gerais: o primeiro (*upstream*) correspondente às ações de exploração, desenvolvimento e produção, nessa parte, as petroleiras possuem um papel fundamental; enquanto, o segundo (*downstream*) diz respeito às fases de refino, transporte e distribuição. (SILVA, 2019) Seguindo mais afundo, podemos observar que as etapas de produção do gás natural no Brasil consistem na seguinte forma:

Figura 1: esquema ilustrativo o circuito espacial produtivo do gás natural.



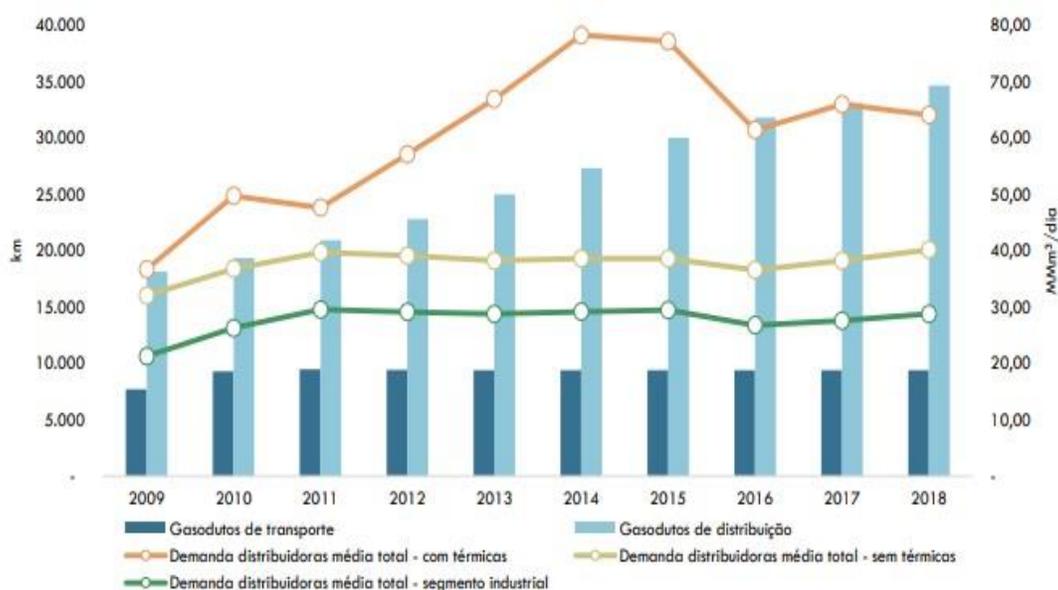
Fonte: elaboração própria. Dados da ANEEL. ([atlas_par3_cap6.pdf \(aneel.gov.br\)](https://atlas.par3.cap6.aneel.gov.br))

A partir da figura 1, é viável descrever as etapas referentes ao circuito espacial produtivo do gás natural: exploração, exploração, produção e processamento em campo, beneficiamento, transporte e armazenamento, distribuição e, por fim, consumo. Sendo assim, a primeira etapa diz respeito aos estudos realizados para obter a presença ou não de gás natural em determinada região, seja em campos marítimos ou terrestres, em seguida, na etapa de exploração, é feita a instalação de toda a infraestrutura fundamental para a retirada do gás natural por meio da perfuração dos poços. As primeiras fases do circuito espacial produtivo correspondem ao período *upstream*, o qual refere – se às pesquisas de concentração e hidrocarbonetos em bacias terrestres (*onshore*) e bacias marítimas (*offshore*).

Já na terceira etapa condiz com o momento de separação de outros elementos que não fazem parte da composição do gás natural, como GNL, GLP, água e, posteriormente, é realizada a extração de porções pesadas, tais como enxofre e dióxido de carbono, e são

produzidos outros subprodutos originados por meio do gás natural, todo esse processo ocorre em locais específicos chamados Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs). O estágio de transporte, também conhecido como *midstream*, fase a qual é desenvolvida através de gasodutos colocados pelo território brasileiro que atendem as oportunidades de oferta e demanda como estratégia, o armazenamento não é comum no país, somente em países de clima mais frio a fim de estocarem em inversos mais severos. E, por fim, o gás natural chega ao destino, o consumidor por meio do processo de distribuição ou *downstream* feito pelas empresas concessionárias estatais e privadas. (FGV 2014)

Gráfico 1: Gasodutos construídos X Consumo das distribuidoras (2009 – 2018)



Fonte: FGV.

6.1. Produções nacionais

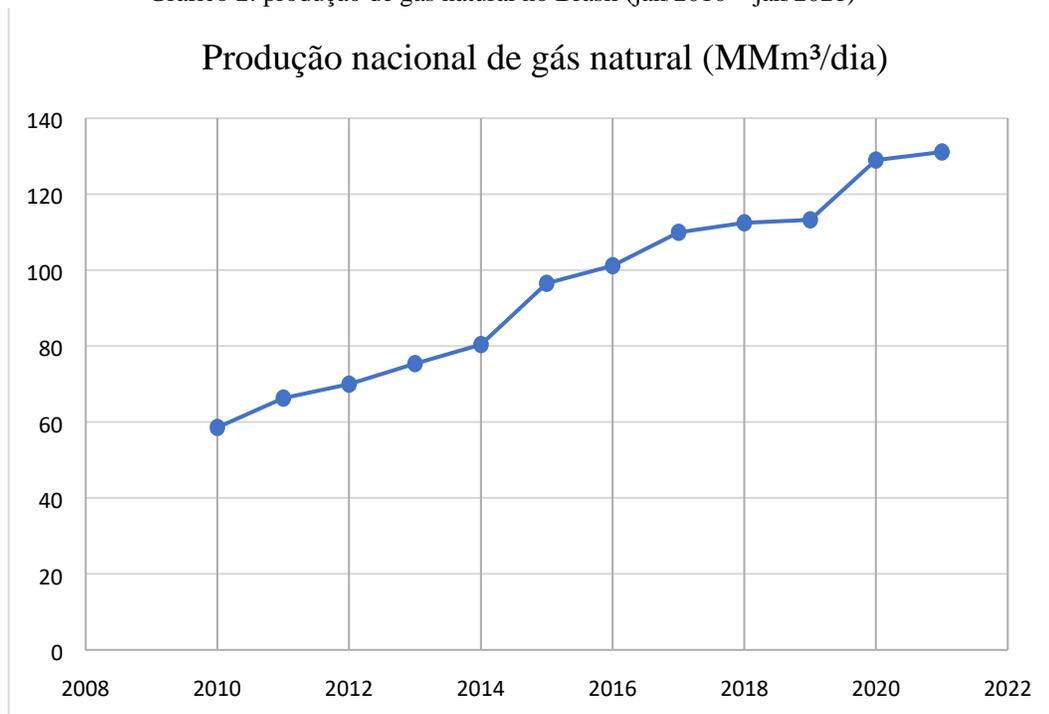
Segundo os dados do Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural de setembro de 2021, é possível perceber que a empresa privada Comgás foi a concessionária que obteve uma demanda superior de distribuição com 15,23 milhões de m³/dia, ficando acima da Ceg do Rio de Janeiro com 12,207 milhões de m³/dia. Isso significa que, apesar do

estado carioca atingir patamares de produção acima do estado de São Paulo devido às descobertas históricas na Bacia de Campos e sua riqueza no quesito de petróleo e gás natural.

Os dados coletados pela ANP, durante o mês de abril de 2021, mostraram que a produção de gás natural se elevou ao ser comparada com o mesmo mês em 2020 com o valor total de 131,423,39 Mm³/dia, sendo maioria marítima (restando aproximadamente 20% de gás não-associado) e somente na Bacia de Santos, em São Paulo, foi produzido 92,544,57 Mm³/dia. Ao analisarmos os dados apurados pelo Ministério de Minas e Energia (2021) no Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, a empresa privada Shell e o grupo British Gas Brasil produziram 469 M boe/dia em junho de 2021, representando um total de 12,35% da produção nacional, seguido da Petrobrás com 73,48%.

Em abril do mesmo ano, a produção média de petróleo e gás natural no país foi de 3,801 milhões de barris de óleo equivalente diariamente (MMboe/dia), valor este que ao ser comparado com o mês anterior, resulta em um aumento de 4,51%, uma vez que a produção foi de 3,637 MMboe/dia. Considerando somente o gás natural, houve um aumento de 3,97% de março para abril em 2021, alcançando o valor de de 126 MM m³/dia. Em termos de importação e exportação, em abril de 2021, o país exportou mais petróleo, apresentando um volume médio de 1,590 Mbbl/dia, valor 7,15% superior ao mês anterior, enquanto a importação deu-se no valor de 236 Mbbl/dia, valor 81,01% superior ao mês de março e 32,05% superior em comparação com abril de 2020.

Gráfico 2: produção de gás natural no Brasil (jan/2010 – jan/2021)



Fonte: elaboração própria. Dados do Ministério de Minas e Energia.

Com tamanha produção no país, pode – se projetar um aumento da participação desse elemento na economia brasileira, em destaque para o fornecimento no Pré – sal, uma vez que, segundo apresentado pelo Relatório de Gás para o Desenvolvimento elaborado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em fevereiro de 2021, a oferta doméstica de gás natural do Brasil aumentará para 72 milhões m³/dia daqui a quatro anos e, ainda mais, para 111 milhões m³/dia em 2030. Além disso, vale ainda destacar que a projeção do Plano Decenal de Expansão de Energia 2030 elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) expõe uma elevação no consumo final de energia no Brasil, chegando até 328 milhões de tep em 2030, o setor comercial é impulsionado pelo aumento da demanda por gás natural e eletricidade e o energético é pela inserção da produção de petróleo e gás no país. Apesar dos setores serem atingidos pela pandemia de 2020, a perspectiva de 2030 não há mudanças drásticas no sentido de consumo final.

Tais informações mostram a relevância desta indústria para a arrecadação do PIB nacional, correspondendo 14% em 2014 segundo os dados da Petrobras (2014), além de obter um rendimento de US\$ 1,094 bilhão (FOB) com as exportações e dispêndio de US\$ 485,5 milhões (FOB) com importações. Também é válido ressaltar que o Brasil supera recordes de distribuição de royalties devido à produção de petróleo e gás natural em 2021, retorno equivalente a R\$ 3,3 bilhões em maio, indicando uma compensação financeira devida à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios pelas concessionárias por usufruir desses recursos no território brasileiro.

O estado paulista como recorde empírico da pesquisa possui sua relevância na produção e exploração do gás natural nacional, com sua representação de 14,04% em abril de 2020, segundo o boletim já mencionado anteriormente. No entanto, apesar do estado carioca exibir uma maior influência na produção nacional, a empresa privada Comgás (Companhia de Gás de São Paulo) apresentou uma demanda superior a todas as demais distribuidoras de gás do Brasil, com 13,45 milhões de m³/dia conforme mostra o Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural em dezembro de 2020, com isso, pode – se notar a tamanha influência de São Paulo e da firma nas implicações territoriais, visto que envia o gás canalizado por todo o estado, atingindo 98 municípios nos âmbitos industrial, residencial e comercial.

Sendo assim, toda a distribuição do gás feita no estado é ocorrida por meio dos gasodutos instalados advindos de três regiões diferentes: da Bacia de Campos (RJ) pelo GASPAL – Rio de Janeiro / São Paulo, da Bacia de Santos (SP) pelo GASAN – Santos (SP) e da Bolívia pelo gasoduto GASBOL, administrado pela TRANSPETRO. Vale mencionar que a parte importada proveniente do país boliviano expõe também sua importância em todo o processo de E&P do gás natural aqui no Brasil, com 17,88% em 2020 baseado no Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural.

6.2. Gargalos no setor

Apesar da tamanha relevância deste setor na economia brasileira, Brown (2017) afirma que, para, de fato, o mercado de gás natural no Brasil se desenvolver, é necessário tratar os gargalos, os empecilhos para o desenvolvimento do setor energético, de origem burocrática e econômica. Os primeiros são referentes ao papel do Estado, ou seja, condiz ao planejamento central sobre os estudos geológicos da área em questão, analisar qual o potencial para perfuração e verificar se cabe efetivar uma concessão ou não. Além disso, há também o problema de licenciar as devidas ações exploratórias para os investidores e, posteriormente, não terem a segurança de que poderão explorar os benefícios da descoberta. “Isso porque qualquer descoberta relatada ao Estado deve ser licitada e, neste sentido, outros investidores podem muito bem ganhar a licitação.” (BROWN, 2017, p. 181)

Por um outro lado, os gargalos econômicos direcionados aos dutos de gás possuem uma gama de empecilhos que impedem o desenvolvimento do mercado, como integração vertical, acesso livre, monitoramento de mercado e capacidade do mercado. Dessa forma, o primeiro item faz referência ao setor de *commodities* (promove competição no comércio) e o de transportes – gasodutos – o qual é o único meio ofertado para a locomoção do gás. Por consequência, a empresa que controla o transporte, de maneira monopolista, terá vantagem própria sob os demais concorrentes no acesso do setor, como o caso da Petrobras.

Os demais fatores pertencentes aos gargalos econômicos deste setor energético podemos considerar como resultados deste monopólio da empresa petroleira brasileira, tendo em vista que o Brasil não oferece o livre acesso ao mercado para os fornecedores para além da estatal de acordo com a Lei do Gás (11909/09), fato que dificulta ainda mais o seguimento da concessão, uma vez que a concessionária é limitada no transporte controlado pela concorrente. Ademais, vale ressaltar que o monitoramento e a capacidade do mercado são funções fundamentais para a evolução do setor do gás natural no Brasil, uma vez que monitorar torna o comércio transparente a todos e investir em uma certa quantidade da capacidade do gasoduto com o intuito de reduzir o monopólio e disseminar a intenção da competitividade.

7. Comgás e seu histórico

O território paulista apresenta uma longa rede de gasodutos que permitem o transporte do material vindo da Bolívia e da Bacia de Santos para o consumo local. A empresa privada Comgás apresenta uma expressiva contribuição para a distribuição de gás no estado paulista em setores residenciais, comerciais e industriais, atuando em 98 municípios, representando a Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas, o Vale do Paraíba e a Baixada Santista, e, atualmente, é a maior distribuidora de gás natural do país com uma rede de mais de 16 mil quilômetros, levando gás natural para mais de 1,9 milhão de consumidores nos segmentos residencial, comercial e industrial².

A concessionária atua desde 1999 em São Paulo, quando foi privatizada e comprada pelo Grupo British Gás e Grupo Shell. Em 2012, a Cosan, uma das maiores instituições econômicas privadas do Brasil nos setores de energia e logística, conquista 60,1% do capital social da empresa e, logo, em 2017, totalizou as ações da Shell na companhia de gás, retendo 79,88% do capital social. Em 2020 a Cosan criou a Compass Gas & Energia S.A. para gerir o complexo energético e esta empresa passou a deter 99,14% das ações ordinárias e preferenciais da Comgás na Bolsa de Valores de São Paulo. O pouco restante (0,86%) ficou com outros acionistas minoritários.

A Compass Gás & Energia, por sua vez, é uma empresa do grupo Cosan voltada para a distribuição de gás natural canalizado, além de investir e atuar em atividades ligadas ao setor, como infraestrutura e originação de gás, comercialização e geração térmica a gás e trading de energia elétrica.

A figura (2) abaixo representa a cotação, durante cinco anos, das ações da empresa Comgás na Bolsa de Valores, ou seja, pode – se perceber o avanço dos investimentos na área conforme o setor energético de gás natural conquista espaço na matriz econômica do país.

²Dados disponíveis em: http://www.arsesp.sp.gov.br/Documentosgerais/Mapa_Gas_Junho_2019.pdf. Acesso em: 27 de maio de 2020.

Figura 2: Esquema ilustrativo da cotação de ações da empresa Comgás (2017 – 2021)



Fonte: Status Invest. ([CGAS5 - COMGAS PNA, cotação, dividendos e indicadores - Status Invest](#))

Na distribuição, além de continuar com a Comgás, a Compass S.A. fechou acordo e comprou a porção (51%) da Petrobras na Gaspetro, distribuidora de gás canalizado, por R\$ 2,03 bilhões de reais em 2021 e ainda poderá participar das demais distribuidoras estaduais de gás (estados como Espírito Santo, Rio Grande do Sul, e Paraná já manifestaram a intenção de vender suas participações). Na infraestrutura, a Cosan é o idealizador do Rota 4, gasoduto de escoamento que ligará o gás da Bacia de Santos ao mercado consumidor de São Paulo. O Rota 4 – que deve ficar pronto em 2027 – é um investimento estimado em R\$ 8 bilhões, e a Compass pretende atrair sócios para o projeto uma vez que o licenciamento esteja concluído.

8. Novo Mercado de Gás

Ainda como proposta da pesquisa, buscamos investigar a respeito das mudanças socioespaciais do mercado de gás após a Nova Lei do Gás em 2020, a qual define o novo marco regulatório do setor, ou seja, propõe a abertura do mercado para as demais concessionárias pela quebra do monopólio da Petrobras na distribuição de gás natural e uma

melhor regulamentação do transporte e da repartição do gás no Brasil, tendo, assim, mais investimentos e aumento da competitividade para a indústria brasileira.

Os argumentos do mercado apontam que, com a alteração, as empresas privadas poderão retomar os investimentos internos e externos e tem como promessa um crescimento econômico, favorecendo uma reindustrialização brasileira por tornar o setor mais dinâmico e aberto. Os fatores que desencadearam essa alteração na lei em 2020 são os quais Brown (2017) menciona a respeito os gargalos que dificultam a dinamicidade no desenvolvimento do setor, de origem burocrática por parte do Estado e econômica das empresas privadas.

Em razão das ditames do mercado econômico, a anúncio do programa Novo Mercado de Gás pelo conjunto do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Economia, da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em junho de 2019, presume a quebra do monopólio da Petrobrás na distribuição de gás natural, sua participação em 19 das 27 distribuidoras estaduais, e uma melhor regulamentação do transporte e da repartição do gás natural no país, tornando o setor mais aberto e dinâmico. Além disso, tal plataforma oferece uma maior competitividade entre as empresas concessionárias, tendo em vista a diminuição de atuações por parte da Petrobrás no setor, promove um aumento de investimentos internos e externos e redução nos preços do gás natural para o consumidor final.

No mesmo mês foi assinado um decreto que implementa o Comitê de Monitoramento da Abertura do Mercado de Gás Natural (CMGN) composto pelas instituições mencionadas com o propósito de fiscalizar a colocação das execuções necessárias à abertura do mercado e ofertar novos parâmetros ao CNPE que atuam de fato na dinamicidade, competitividade e acessibilidade desse mercado.

Para o novo programa, espera – se que o mercado de gás natural cumpra o papel essencial no crescimento econômico devido à competitividade, favorecendo um processo de reindustrialização brasileira. Conforme menciona o Ministério de Minas e Energia, o preço do gás natural ofertado no Brasil é o mais caro da América Latina e muito elevado em

comparação com a Europa – onde muitos países dependem da importação do gás por quase não possuírem produção – e os Estados Unidos, visto que a indústria paga em torno de US\$ 14 por milhão de BTU no Brasil, enquanto nas demais localidades citadas cobram de US\$ 7 a 8 e US\$ 4 por milhão de BTU respectivamente.

Diante desse cenário, pode – se analisar que, com a novo paradigma do mercado de gás, as concessionárias terão acesso aos recursos que, anteriormente, eram de posse, em sua maioria, da Petrobras. Além de promover uma competitividade entre tais no sentido de favorecer a dinamicidade e transformação dos lugares a fim de verificar a disponibilidade dos recursos favoráveis de cada localidade para facilitar o custo-benefício do processo de E&P do gás natural, o aprimoramento da Lei do Gás (11909/09) contribui também para o livre acesso das concessionárias às etapas de produção – distribuição – troca – consumo final sem grande interferência da estatal, condizendo à condição do mercado: competitividade. O mapa abaixo apresenta as distribuidoras atuantes no território brasileiro:

Figura 3: Esquema ilustrativo das distribuidoras de gás no Brasil.



Fonte: ABEGÁS.

Outrossim, um Termo de Compromisso de Cessação (TCC)³ entre o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e a Petrobras obriga a estatal a dar acesso a sua infraestrutura de escoamento — incluindo as chamadas Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs, o equivalente a refinarias de gás). Mais: o termo obriga a estatal a vender o percentual que ainda detém nos gasodutos de transporte, além de dar garantia de acesso a terceiros (apesar de ter vendido o controle dos gasodutos, a Petrobras contratou toda a capacidade de transporte). Tais fatos só reforçam a afirmação de Silva (2019, p. 30) de que em que “as grandes corporações que estruturam os circuitos produtivos mais globalizados, exigem dos Estados a adequação dos ambientes físicos artificiais, a fim de se comportarem como complexos de recursos em que se assente a sua atividade comercial e produtiva”.

9. Considerações finais:

Em suma, após realizar uma análise profunda sobre a temática proposta, pode – se averiguar que a configuração do uso do território é resultado dos interesses das corporações político – econômicas. Compreender a ação dos agentes federados e privados dentro do circuito espacial produtivo do gás natural diante do contexto atual do capitalismo e da globalização é uma análise necessária, uma vez que se refere ao setor energético proveniente do petróleo e possível elemento contribuinte para a transição energética no Brasil, que, em constante evolução, dinamiza e movimenta processos de acumulação do capital, além de condicionar disputa e concorrência no sistema de exploração e produção desse material.

Dessa maneira, o território se adapta e se transforma de acordo com as especificidades atrativas de cada empresa em produzir e explorar os recursos disponíveis para ofertar seu produto de modo competitivo entre as demais firmas envolvidas no mercado de gás. A logística dos lugares, de fato, funciona conforme a dialética dos fluxos materiais e imateriais que integram esse mercado já citado sob o sistema capitalista vigente.

Nesse sentido, a empresa analisada, Comgás, sendo a maior contribuidora na distribuição desse material atuante no Brasil, compete com as imposições da estatal Petrobras

e além das demais concessionárias, fragmentando o poder e a difusão do capital e, como consequência, colabora para o crescimento econômico do país, principalmente, com o atrativo feito na aprovação da Nova Lei do Gás, a qual permite o livre acesso das concessionárias sem a total dependência da estatal, além de promover competitividade entre as concessionárias interessadas no setor.

Isto significa uma inserção do mercado nacional nas lógicas do internacional e, como consequência, expande as etapas do circuito espacial produtivo do petróleo e gás natural, uma vez que, com a transformação dos lugares, há também a entrada de novos agentes envolvidos. Logo, devido às constantes mudanças no território de acordo com os ditames do mercado capitalista global, a configuração territorial do meio edifica através das diversas técnicas acumuladas com o tempo, como menciona Santos (1996).

³ Informações disponíveis no Termo de Compromisso de Cessação em: https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBt-n3BfPLlu9u7akQAh8mpB9yM2Ur8iByH-Nu4yvA1cv_9inRMOg4J1hcDMIohDGroONKELtnpkMU8Pfaq47IACp_3Fd9iD44arSE934kMfAu8z. Acesso em: 27 de dezembro de 2020.

10. Referências bibliográficas:

- ABEGÁS. Concessionárias no Brasil. Disponível : < [Concessionárias – ABEGÁS \(abegas.org.br\)](http://abegas.org.br) >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.
- ANEEL. Fontes não renováveis – parte III. Capítulo 6. Disponível em: <[atlas_par3_cap6.pdf \(aneel.gov.br\)](http://aneel.gov.br)> Acesso em: 17 de dezembro de 2021.
- ANP. **A história do gás natural no Brasil.** Disponível em: <http://www.anp.gov.br/institucional/a-historia-do-gas-natural-no-brasil>. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- ANP. Painel dinâmico de produção de petróleo e gás natural. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzVmNzI1MzQtNTY1NC00ZGVhLTk5N2ItNzBkMDNhY2IxZTIxIiwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTl0YTtytNGI0Mi1iN2VmLTEyNGFmY2FkYzIxMyJ9>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.
- ANP. Os regimes de concessão e de partilha. Disponível em: < [Os regimes de concessão e de partilha — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br) >. Acesso em: 09 de janeiro de 2022.
- BNDES. Relatório de Gás para o desenvolvimento: perspectivas de oferta e demanda no mercado de gás natural do Brasil. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/publicacoes/relatorios/relatorio-gas-2020>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.
- BOITO JUNIOR, A. **Estado, política e classes sociais.** São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BURGHETTI, B. S. Perspectivas estratégicas para grandes consumidores industriais frente às mudanças regulatórias com a inclusão do livre acesso às redes de distribuição de gás natural canalizado no estado de São Paulo. **Dissertação** (Mestrado em Energia). Programa de Pós – Graduação em Energia (PIPGE). São Paulo, 160p, 2010.
- CASTILLO, R; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo.** Sociedade & Natureza. Uberlândia, 22 (3): 461 – 474, dez. 2010.
- CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- COMGÁS. **Histórico e perfil corporativo.** Disponível em: <<http://ri.comgas.com.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- COMPASS. Disponível em: < [Compass Gás & Energia - Compass RI \(compassbr.com\)](http://compassbr.com) >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

CONTEL, F. B. Finanças municipais e território. Horizontalidades e verticalidades no município de Bauru (SP). **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

DUTRA, J. C; SAMPAIO, P. R. P. 20 anos de concessões em infraestrutura no Brasil. In: BROWN, A. Rede de gás natural no Brasil: abrindo os gargalos. Escola de Direito do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017, 206 p.

DUARTE, L. Transformações recentes no circuito espacial produtivo de hidrocarbonetos e nas trajetórias da transição energética no Brasil. Open Edition Journals, n. 115. 2020, p. 41 – 58.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanco Energético Nacional 2018**.

Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balancoenergetico-nacional-2018>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Plano Decenal de Expansão de Energia 2030.

Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dadosabertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-490/PDE%202030_RevisaoPosCP_rv2.pdf. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

EQUIVALÊNCIA ENERGÉTICA. Disponível em: <https://www.cegas.com.br/gasnatural/equivalencia-energetica/>. Acesso em: 31 de julho de 2021.

FARIAS, F. P. de. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 28, p.81-98, 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo166artigo4.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

FORBES. Compass fecha acordo para comprar fatia da Petrobras na Gaspetro. Disponível em: < [Compass fecha acordo para comprar fatia da Petrobras na Gaspetro por R\\$ 2,03 bilhões - Forbes Brasil](#) >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

FGV. Distribuição de gás natural no Brasil: dados e aspectos regulatórios. Disponível em: < [Long term finance and risk allocation \(fgv.br\)](#) >. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

GALLO, F. Usos do território e papel do Estado no Brasil. Notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, 2017.

Gás Natural. Cadernos FGV Energia, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em:

<[energia2 \(1\).pdf \(fgv.br\)](#)>. Acesso em: 26 de dezembro de 2021.

GOTTMAN, J. **A evolução do conceito de território**. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012, p. 523 -545.

ISNARD, H. O Espaço do Geógrafo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 36(258-259): 516, jul./dez., 1978.

LIMONAD, E. Estado, espaço e escala no Brasil, subsídios para reflexão. **Scripta Nova - Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XVIII. Nº 493. 2014, p 1 – 19.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Relatório sobre a especificação do gás natural. Disponível em: <[Relatório \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Disponível em: <[09 - Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural - Setembro de 2021.pdf — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Disponível em: < [Boletim 110 junho2021.pdf — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Disponível em: < [12 - Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural - Dezembro 2020.pdf — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Disponível em: < [06 - Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - junho 2020.pdf — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Boletim de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural. Disponível em: < [Boletim 104 dezembro2020.pdf — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

MORAES, A. C. R. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. Mimeo, 1985.

PETROBRAS. Bacia de Santos. Disponível em: < [Bacia de Santos | Petrobras](#) >. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

PETROBRAS. **Participação do setor de petróleo e gás no PIB brasileiro**, 2014. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/participacao-do-setor-de-petroleo-egás-chega-a-13-do-pib-brasileiro.htm>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

POULANTZAS, N. **Poder Político e Classes Sociais**. Porto: Portucalense Editora: 1971.

SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, Unicamp, v. 1, n. 7, p.46-67, 1998b. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=7&numero_revista=7. Acesso em: 16 out. 2019.

SAES, D. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**. Campinas: Unicamp, 1998a. (Coleção Trajetória 1).

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. *et al.* O Papel Ativo da Geografia – Um Manifesto. Apresentado pelo Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, do Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) no XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000. **Anais...**

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, nº 2, ano XIII. Rio de Janeiro, 1999, p. 16 – 26.

SILVA, L. P. D. Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas. 2019, p. 1-414.

SILVEIRA, M. L. Ao território usado a palavra: solidariedade socioespacial. Saúde, desenvolvimento e território. In: VIANA A.L., IBAÑEZ, N., ELIAS, P.E.M. (orgs). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Hucitec; 2009. p. 127-150.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan/jun. São Paulo, 1999, p. 21 – 28.